



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO N° , DE 2025

(Do Sr. Deputado Tadeu Veneri)

Apresentação: 21/05/2025 13:34:00.430 - CE

REQ n.88/2025

Requer a realização de Audiência Pública destinada à discussão sobre os Impactos das Altas Coparticipações e da Crise no Financiamento Estudantil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública destinada à discussão sobre os Impactos das Altas Coparticipações e da Crise no Financiamento Estudantil.

Data sugerida: A realização da audiência pública deve ocorrer na primeira quinzena de julho para que seja possível a participação dos estudantes devido o calendário de férias.

Indicamos a oitiva dos seguintes convidados:

**Ministério da Educação (MEC)** – Como principal gestor das políticas de acesso e permanência no ensino superior.

**Ministério da Economia** – Para discutir as possibilidades orçamentárias e os impactos econômicos de uma reestruturação no financiamento estudantil.

**Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)** – Para esclarecimentos sobre os repasses e o funcionamento do FIES.

**Ministério da Saúde** – Representando os estudantes da área da saúde e a intersecção entre saúde mental e vulnerabilidade social.

**Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)** – Para discutir políticas de proteção social, segurança alimentar e combate à pobreza que impactam diretamente a permanência estudantil.

**Representante do Comitê Gestor do FIES** - Para esclarecimentos sobre os repasses e o funcionamento do FIES.

**União Nacional dos Estudantes (UNE)** – Como principal entidade representativa do movimento estudantil nacional.

10001255282951100\*



1



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Representantes estudantes afetados – Para apresentar os impactos concretos e reais da atual política de coparticipação.**

### JUSTIFICAÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil tem sido historicamente marcado por desigualdades socioeconômicas. Para mitigar essas desigualdades, o Estado desenvolveu mecanismos como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (ProUni), e o auxílio estudantil em instituições públicas. No entanto, nos últimos anos, esses programas vêm sofrendo com cortes orçamentários, aumento das coparticipações por parte dos estudantes, o que compromete o direito à educação garantido pela Constituição Federal.

Estudantes de todo o país relatam dificuldades crescentes para arcar com as coparticipações exigidas, especialmente em cursos de Medicina, onde há necessidade de materiais específicos, estágios obrigatórios não remunerados e carga horária elevada. A elevação da coparticipação — muitas vezes acima das possibilidades econômicas dos estudantes e suas famílias — compromete não só a permanência nos cursos, mas também a saúde mental e a qualidade de vida dos discentes.

Além disso, a precarização da permanência estudantil se acentua em grupos historicamente vulneráveis, como estudantes negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e de baixa renda.

Por esse motivo, é imprescindível debater esse tema.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 2025.

**Tadeu Veneri**

Deputado Federal PT-PR

